

EU NÃO CONSIGO RESPIRAR

**Narrativas de violência e racismo contra a
vida da mulher negra em Florianópolis.**

RUTH SAMPAIO



Livro-reportagem- Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo da Unisul

EU NÃO CONSIGO RESPIRAR

Narrativas de violência e racismo contra a vida da mulher negra em Florianópolis.

Escrito por: Ruth Sampaio

Ilustração: Ruth Sampaio

Palhoça/SC

2020

A escolha do título tem o objetivo de fazer reverberar a famosa frase “eu não consigo respirar”, que foi um dos gritos de pessoas em protestos no mundo inteiro, diante dos casos de racismo e violência policial no começo de 2020. Foi a última frase dita por George Floyd ao ser morto por policiais em uma operação nos Estados Unidos. Apesar desse livro-reportagem ser nortado por histórias de mulheres, deixo essa frase como um apelo à reflexão da importância de ser anti-racista na sociedade atual.

**“Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se
movimenta com ela.”**

-Ângela Davis

SUMÁRIO

Apresentação	5
Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra	7
As diferentes dores de carregar os traços da afrodescendência	11
Opressões cruzadas: A interseccionalidade entre a questão racial e a de gênero	16
Quando a senzala reivindica a paternidade negada pela casa grande	22
Um apelo (da vulnerabilidade) da população negra sobre a brutalidade policial	25
Bibliografia Consultada	29

APRESENTAÇÃO

Eu não poderia ter escolhido outro tema senão um tema com relação à minha negritude. Eu acho que para uma mulher negra, ocupando o lugar que eu ocupo, é importante me manifestar. E, se eu tenho voz, eu tenho mesmo é que falar para, quem sabe, amanhã, a realidade de mulheres negras como eu, seja diferente. Eu sou filha de uma mulher muito forte, que enfrentou o mundo sozinha para me criar, me dar educação, que sempre me ensinou que os estudos impediriam que se repetisse comigo o que aconteceu com ela. Eu sou neta de uma mulher que sofreu muito e deu duro para conseguir criar os cinco filhos que ela tem. A minha avó é a Maria do meu livro-reportagem.

Vou me formar nesta instituição graças ao ProUni. O ProUni me permitiu que as portas fossem abertas. Mesmo que eu tenha que batalhar o dobro para chegar onde eu quero estar, mesmo não tendo uma vida de privilégios, eu sinto que eu tive uma grande oportunidade de chegar onde eu estou. As pessoas sempre duvidavam de que eu pudesse ir tão longe, e eu me orgulho de ter mostrado o contrário. Jornalismo sempre foi um sonho, e em breve eu vou poder dizer que eu sou Jornalista. Eu tenho muito a agradecer aos meus professores que me apoiaram e muito me ensinaram. Sou grata por esse sonho estar se tornando real.

Eu tinha idealizado o meu livro-reportagem de uma forma, e ele foi diferente do que eu imaginei. Com essa pandemia, eu desanimei com a produção e pensei em desistir. Pensei até em trancar a faculdade. Sempre foi muito difícil fazer a graduação com todas as dificuldades que eu vivo. Eu sempre trabalhei e tento conciliar o trabalho com a faculdade. Eu tenho que trabalhar para me manter e fiquei totalmente desanimada quando eu fiquei sem meus dois empregos por causa da pandemia. Estava sem ter como produzir o TCC em casa por não ter notebook. Tudo estava indo por água abaixo. Mande mensagem para a minha orientadora que me motivou a continuar.

Fiz uma publicação no meu instagram sobre esse trabalho, para que as pessoas se sentissem à vontade e contassem as suas histórias. Conheci pessoas com histórias incríveis e muito impactantes. Para minha surpresa, acabamos nos tornando um grupo de pessoas que debatem assuntos importantes, damos nossa opinião, nos apoiamos.

Devemos nos ajudar porque todos os dias vivemos lutas invisíveis que só a gente entende. Com esse livro-reportagem, aprendi que quando se nasce negro, se está sujeito a passar por diversas situações desumanas por causa da sua cor.

As histórias do livro-reportagem são de mulheres que vivem aqui na Grande Florianópolis. Assim que eu comecei a conversar com elas, eu me vi um pouquinho em cada uma delas. Eu entendi que todas nós passamos por processos parecidos, dores parecidas, e senti uma enorme necessidade de fazer mais, muito mais. Uma, em especial, é a Alana. Ela é a mais jovem, mas está sempre participando de debates, militando e trazendo conhecimento sobre assuntos muito relevantes para as pessoas à volta dela. Eu vi que cada uma está fazendo a sua parte. A Marcela, é professora. Tenho certeza que seus alunos são antirracistas e falarão sobre esses assuntos com seus próximos. Cada uma de nós faz a sua parte e eu sinto que estou fazendo algo significativo para meus irmãos de cor, com este livro.

Por fim, a pesquisa, o diálogo com pessoas e o aprofundamento que esse trabalho proporcionou, acrescentou muito mais conhecimento. Entendi melhor a história dos meus ancestrais, a minha cultura, as raízes do racismo, as reflexões da sociedade racista de hoje... Tudo isso agregou-se, na minha vida acadêmica e, mais ainda, na minha vida como uma mulher negra.

Agora vocês ficam com as mulheres mais corajosas que eu já conheci!

Capítulo 1

Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra

Alana é uma jovem de 15 anos, adotada por uma família branca. Vive em uma bolha social permeada de pessoas que a deixam deslocada e confusa sobre sua identidade.

A história de Alana ilustra algumas problemáticas muito importantes a serem discutidas, que envolvem a autoestima da mulher negra, suas lutas na sociedade e em todos os espaços em que ela vive.



Pessoas de sorte são presenteadas com uma mãe. Pessoas de muita sorte são presenteadas com duas mães. Alana tem 15 anos e é a filha negra que foi adotada por um casal de mães, que a criaram desde que tinha apenas dias de vida. Foi deixada ainda na maternidade pela mulher que a gerou, que possuía problemas com drogas e vivia nas comunidades do Rio de Janeiro. Desde então a sua nova família

sempre viveu em Florianópolis, capital de maior número de pessoas brancas do Brasil. A família de Alana a trouxe para um mundo de possibilidades, de oportunidades e geograficamente longe de onde possivelmente seria criada: lugar onde vivem centenas de jovens negros sem esperança alguma, que presenciam violências bárbaras contra pessoas negras todos os dias.

Por outro lado, ser a única negra da sua família branca não foi fácil. Alana sofria racismo e discriminação das pessoas da sua própria família, e passou por muita incompreensão sobre si mesma. “Até os 13 anos eu falava que eu era parda”, explica. As mulheres negras, antes da autoaceitação, passam por um desafio: aceitar-se e amar-se da forma que se é, quando se passa a vida toda ouvindo que sua pele e seu cabelo crespo não são sinônimos de beleza - o que é uma desconstrução difícil. Sem representatividade negra por parte da indústria estética, das mídias e da sociedade em geral, é mais difícil ainda. Essa desconstrução, que um dia sempre chega para uma mulher negra, chegou cedo para Alana, mas há mulheres sem acesso à informação, em que esse aprendizado nunca chegou. O analfabetismo entre mulheres negras é duas vezes maior que entre brancas, segundo o IBGE em pesquisa de 2010.

Ela passou por esse processo que todas nós já passamos, mas ainda nova. Sem negros na família, sem amigos negros na escola que freqüentava, sem referências para se guiar e sem saber como ou o que fazer com o seu cabelo tão diferente das pessoas que conhecia. Alana é uma mulher jovem, mas tem um empoderamento que nenhum padrão de beleza pode tirar. A identidade de uma mulher negra, através de suas tranças, carregam um significado tão forte quanto ela é: designa origem e demonstra o orgulho por sua história. Ser uma mulher negra em uma sociedade racista é um desafio.

Depois da sua aceitação como mulher negra, e entendendo que tem voz e lugar na sociedade, começou a observar ao seu redor os espaços que freqüentava. Cresceu estudando em colégio particular, e se sente privilegiada por isso, mas não se sentia compreendida onde estudava. Como na maioria dos lugares ocupados por pessoas

brancas, também na escola ela era freqüentemente excluída por não ser como seus colegas.

Alana fazia parte de uma família de brancos, estudava em um colégio de brancos, vivia em uma cidade de brancos. E nesse lugar que ela ocupava, tinha sempre que explicar às pessoas o motivo de certas palavras serem ofensivas à sua cor, de alguns termos serem inadequadas, quais atitudes eram erradas, e ensinar sobre racismo. “Eu tenho sempre que esclarecer coisas sobre a minha negritude que não precisariam ser esclarecidas, caso contrário” - Ela conta.

As pessoas brancas vêm as tragédias que acontecem pelo racismo, têm uma infinidade de informações na palma da mão na era da internet e ainda assim, nós temos que ensiná-los o tempo todo sobre como não ser racista, sobre como não menosprezar nossa luta, sobre como entender que essa luta não pode parar.

Sim. Mesmo com a informação na palma da nossa mão, é comum pessoas negras terem que ensinar brancos porque o racismo é perverso. Mesmo sendo um crime por lei, pessoas brancas ainda duvidam que o racismo seja realmente algo importante a se debater. Negros ainda são os que mais morrem... Diariamente e os menos privilegiados na sociedade, e ainda tem quem acredite que somos todos iguais. Isso acontece, todos os dias.

Alana relembra um episódio marcante que teve aos 12 anos, que foi durante o relacionamento que sua mãe teve com uma namorada racista. A namorada dizia coisas que tanto sua mãe quanto ela achavam que era brincadeira, mas a brincadeira tinha fundo de verdade: “Ela falava que meu cabelo era ruim, que eu era escura demais, falava pra eu ir tomar banho, justamente quando eu tinha acabado de sair do chuveiro”.

Ninguém desconfiava do racismo disfarçado de brincadeira, até o dia em que sua mãe sofreu agressão física da namorada. Sua mãe tinha voltado de um pós-cirúrgico e estava de muleta na época. “Fiquei mega assustada e com raiva. Ela

arrastou minha mãe pra fora de casa e fui atrás, tentei parar mas ela começou a me xingar de preta fedida, nojenta, e que eu tinha que voltar pra senzala”, conta. A agressão que a sua mãe sofreu naquele dia ficou marcada em Alana. Hoje, a jovem estudante tem um futuro lindo, muito amor-próprio e muita experiência de vida para contar. É difícil viver sendo negra em uma sociedade que hoje nem disfarça o racismo que permanece. Já disse Ângela Davis: “ser mulher já é uma desvantagem nessa sociedade machista. Agora imagina ser mulher e ser negra”.

Capítulo 2

As diferentes dores de carregar os traços da afrodescendência

Carregar os traços da afrodescendência pode ser doloroso. Ser uma mulher com esses traços, muitas vezes significa ter uma vida solitária e sofrer das mais variadas violências. Essas violências podem vir em forma de abusos, relacionamentos tóxicos e objetificação da mulher negra. Olhando para essa história de uma forma universal, o relato de Marcela representa a vida de muitas mulheres negras no Brasil.

Quando somos criança, não conseguimos distinguir preconceitos ou estereótipos que os adultos vêem. Somos completamente inocentes de qualquer ideia pré-concebida sobre as pessoas. Ninguém nasce racista, torna-se racista. A partir da educação, nos libertamos de pensamentos preconceituosos, com a falta dela, gera-se a violência. Marcela, hoje tem 22 anos. Quando criança não conseguia perceber, mas sempre achou que tinha algo errado na sua vida. Sua família negra era rodeada de pessoas brancas, seus amigos eram brancos e ela sabia que a forma do tratamento dirigido a ela era diferente. Assim como a vida de Alana, vivendo em um mundo rodeado de pessoas que não a compreendiam, a família de Marcela vivia nesse plano. A vida solitária de uma mulher negra e suas dores se materializam de diferentes formas de acordo com a forma que é tratada nas diferentes fases da vida, e ela tem diferentes traços de violência em cada uma delas.

Marcela é filha de empregada doméstica. A profissão que ficou para muitas mulheres negras depois da escravidão, quando lhe faltaram oportunidades e sobraram carências. Em um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a ONU, "Mulheres, braço das Nações Unidas", comprovou que o serviço doméstico é a ocupação com a maior participação da mão de obra feminina no Brasil. Aproximadamente 4,6 milhões de mulheres em um total de cinco milhões de trabalhadoras em 2000.- 71% desta mão de obra composta por mulheres negras.

É uma prova concreta e clara de um racismo estrutural impregnado no social brasileiro.

Quando Marcela era criança, sua mãe a levava para o trabalho depois da escola. Então, durante seu expediente, Marcela brincava com os dois filhos dos patrões. Apesar disso, sua mãe sempre deixou claro seu amor por sua filha e também pelos filhos dos patrões, porque eles precisavam de amor. E esse amor que carecia dos seus pais, era oferecido pela sua mãe. A terceirização dos filhos é uma situação comum, retratada inclusive em grandes filmes do cinema americano, onde a criança carece de atenção e afeto dos pais e encontra esse amor na figura da sua cuidadora.

A vida da empregada doméstica, hoje, remete à vida cotidiana das mulheres negras dos tempos de escravidão. As mulheres tinham, além de trabalhar em diversas atividades domésticas da Casa-Grande, a função de amas-de-leite ou mãe preta, ou seja, tinham o papel de amamentar, criar e educar os filhos das suas senhoras. Em relação ao trabalho da empregada doméstica de hoje, esse papel ainda é semelhante, pois em muitos casos a educação e criação dos filhos são terceirizados para estas mulheres, como é o caso da mãe de Marcela e das outras guerreiras mães-domésticas do Brasil.

A ausência paterna incomodou sua infância. As lembranças do dia dos pais sem ter a quem dar, a falta de carinho paterno e a tentativa de preencher esse amor com figuras masculinas, fez com que Marcela depositasse afeto em quem não lhe fez bem. Marcela achava que este homem poderia lhe dar o amor que lhe faltava, porque achava que ele, sim, era um pai de verdade.

Sofreu então, sem desconfiar, abuso sexual dos seus 6 aos 8 ou 9 anos de idade. O corpo negro é sexualizado desde a infância, como foi no caso de Marcela. Seu violentador abusou do seu corpo e da sua inocência. Mulheres negras sofrem 73% dos casos de violência sexual registrados no Brasil. Marcela, infelizmente, foi uma delas. Mais uma vez, a dor de carregar a afrodescendência na pele.

“No período do estupro, eu sentia que tinha alguma coisa errada, mas ele fazia sentir que isso era uma troca, eu não poderia dar nada mais para ele a não ser o que ele queria, era o nosso segredo”, relembra: “Quando minha mãe descobriu, sendo católica, me fez escrever 100x no papel "DEUS ME PERDOA PELOS MEUS PECADOS" porque quando ela descobriu, eu disse a ela que a culpa era toda minha, que eu quis. Eu não queria que algo de ruim acontecesse a ninguém”. Sem entender o motivo da sua punição, ficou bastante tempo sem acreditar em Deus.

Marcela descobriu que tinha sido abusada só quando já tinha 13 anos de idade, quando viu no jornal uma mulher negra acusando o primo por abuso sexual que tinha sofrido quando era criança. Naquele momento compreendeu o que havia realmente acontecido quando a mulher descrevia tudo o que tinha acontecido com ela. Era semelhante ao que acontecera com Marcela, que ficou sem chão: “Passei meses pensando nisso, tentando manipular meus pensamentos e dizendo que não aconteceu, porque eu havia aceitado”.

Ainda criança, Marcela era constantemente ofendida pelos vizinhos: “Me chamavam de macaca, cabelo feio, preta feia e que só aparecia meus dentes no escuro”, diz. Ao contar o que acontecia para sua mãe, na busca de ser defendida das agressões em palavras, sua mãe falava para ela apenas ignorar. Marcela começou, então, a culpar a mãe pelas coisas que tinham acontecido com ela. Se perguntava: como uma mãe não tinha poder de defender sua filha das coisas ruins?

Na escola não era muito diferente. Ela era a única negra que estudava de manhã, na época. E novamente sofreu por conta da sua cor. Como se não bastasse o racismo que sofria dos colegas, também sofria dos professores e da diretora. Um dia Marcela sofreu agressões físicas, e sua mãe foi até a escola. Neste dia ela esperava muito, ser finalmente defendida pela sua mãe. “Quando entramos para falar com a diretora, ela desabou. Ela chorou como nunca a vi ter chorado antes, ela tentava me defender e a cada frase havia um soluço”, explica.

Depois do Ensino Médio, tudo ficou mais doloroso. Cada dia mais reclusa, sem sair, ela não tinha ânimo para fazer mais nada. Entrou em uma depressão profunda, não dormia e nem comia. Marcela se sentia incapaz: “Me senti feia, insuficiente e que qualquer um poderia pisar em mim. Nessa época, eu sabia que era negra, e que meninas brancas eram mais valorizadas, eu entendi que, por eu não ser branca, eu merecia estar nessa situação, era a minha punição por não ter nascido de olhos azuis, cabelo liso”, diz.

Há uma combinação de afeto com questões estruturais, que faz com que pessoas negras endeusem pessoas brancas em relacionamentos tóxicos por conta do racismo. Entram em relacionamentos abusivos muitas vezes, por uma série de preconceitos enraizados, onde o branco ainda vê o corpo negro como aquele que só serve ao prazer do branco, e o negro vê o branco como seu salvador.

Nesse cenário, que muitas vezes ocorre em um relacionamento interracial, surge a forma de tratamento abusiva nos relacionamentos das mulheres negras, que por sua vez se sentem inferiorizadas, objetificadas e solitárias. Há um imaginário fetichizado dos homens em relação à mulher negra, que se assume desde a escravidão espera-se que ela seja ferosa, com um corpo cheio de curvas e pronta para satisfazer os seus desejos sexuais. A mulher negra jovem nem sempre é ideal para o casamento ou para ser apresentada à família, porque a ideia é de que ela vá para a cama do homem, mas não para o altar.

Marcela estava em um relacionamento com essas características. Namorou um homem branco e o colocava em um pedestal. Ele era o homem que salvou a sua vida e a tirou da escuridão. Mas Marcela, no fundo sabia que não gostava dele, nem ele dela, assim alimentando um relacionamento abusivo: “Ele me traía e fazia com que eu me sentisse uma porca, culpada pela traição. Me fazia pensar que eu estava errada e que eu fazia ele fazer isso pelo simples fato de não estar preparada para fazer sexo”. Continua: “Ele me traía, a gente brigava, ele chorava e eu perdoava. Achava que não iria encontrar alguém melhor e que eu realmente era a culpada. Um

dia decidi colocar um ponto final". Relembra, e tenta, ainda agora, se convencer de que não era culpa sua.

Mais uma vez, ela teve que se reinventar, e foi na internet que Marcela dedicou-se a aprender sobre a cultura da sua negritude, a história da sua descendência. Ela começou a se aceitar aprendendo a se amar do jeito que era. Se aceitou como negra, seu cabelo, sua pele retinta. E esse foi o começo de uma longa e árdua consciência negra. Esse conhecimento foi libertador para a vida de Marcela.

"Conhecer o movimento foi a melhor coisa que eu já fiz na minha vida. Depois que eu compreendi a situação, as coisas começaram a fazer sentido e me dar um objetivo de vida que é ajudar as crianças a se tornarem pessoas melhores no amanhã", conta Marcela. Marcela está se formando em pedagogia, com intuito de no futuro ajudar crianças negras a receberem uma educação mais inclusiva e se sentirem bem consigo mesmas. Se algo pode mudar essa estrutura que ataca minorias, a resposta está sempre na educação. O papel da educação é muito importante para a desconstrução do racismo.

Capítulo 3

Opressões cruzadas: A interseccionalidade entre a questão racial e a de gênero

Maria, empregada doméstica, mãe, conta a sua história de abandono e sua vida como empregada doméstica. Uma história de abandono e inferiorização. Maria mostra como, pela sua cor, pôde ser deixada de lado em relacionamentos, no trabalho, nos espaços e nas narrativas.



No contexto do Brasil escravista, a mulher negra se encontra sob o jugo de relações de poder. Se a mulher era inferior ao homem, independentemente da sua classe social, a negra estava em uma posição ainda mais inferior. A posição da mulher negra, mesmo que comparada ao seu próprio gênero, será inferior em razão de sua cor. Hoje, podemos ver, com os dados socioeconômicos do negro no Brasil, independente do seu gênero, que há essa hierarquia de cor que pode ser observada de forma clara. As pessoas negras ocupam a maioria da parcela de exclusão social, de desemprego, de pobreza, de violência doméstica, de homicídio, de violências sexuais, de violência obstétrica, de falta de acesso à educação e outros mais. Vão contra a cor negra.

Nesse contexto, na vida severa, uma mulher negra pode passar por diversas formas de violências desde a infância nos seus espaços de convívio, e durante toda a sua vida. Geralmente, discriminação e exclusão na infância e adolescência. No amadurecimento, passa por um processo de aceitação dos seus traços e ressignificação de ideal de beleza. Na vida adulta, em muitos casos, essa mulher pode passar por relacionamentos abusivos e violência doméstica. A mulher negra nunca é livre de nenhuma dessas situações e está sempre lutando contra os números da violência.

Maria, negra, nordestina, sem estudos, vive atualmente na Grande Florianópolis e já passou por todas essas fases sombrias em sua vida. Maria, quando era jovem, sempre teve tudo. Morava no estado do Maranhão, em uma grande fazenda, com uma família conservadora e respeitada pelos vizinhos. Ia à igreja e rezava para Deus todos os dias. Manipulada por pensamentos racistas, era grata por não ser negra de pele retinta e seus cabelos não tão crespos, mas insatisfeita com seus traços de negra que carregava e que seu pai repudiava. A infelicidade de ter nascido com esses traços, era culpa de seus ascendentes de cor escura.

Sua mãe vivia à sombra de seu pai. Não tinha como ser diferente, já que na época o machismo era normalizado e/ou naturalizado, e sua família não tinha acesso à informação. Não tinha poder de decisões sobre ela mesma nem sobre nada, apenas

das coisas da cozinha, e não se questionava. A mãe de Maria cresceu aprendendo com a avó o seu papel de mulher e Maria aprendeu com sua mãe, e nada era contestado em respeito aos ensinamentos da igreja. Maria sempre se perguntou se sua mãe era feliz tendo a vida que tinha, mas nunca perguntou diretamente. Sua mãe sempre dizia que tudo o que fazia, era por amor aos seus filhos. “Eu pensava: nossa, então ela me ama muito, porque ela faz tanta coisa! Raramente eu via ela satisfeita e fazendo alguma coisa que gostava”, revelou.

Desde nova, seu pai tinha uma regra: jamais seria tolerado que se casasse com um homem negro e, caso acontecesse, perderia toda a sua herança e a “vida boa” que conhecia. Seu pai jamais a reconhecera como filha novamente com esse insulto à sua branquitude. Afinal, não poderia aceitar que alguém “escurecesse” a família. Já pela sua mãe, foi ensinada a nunca depender de um homem financeiramente, e aprendeu desde cedo a trabalhar duro. Com uma mistura de nostalgia e orgulho, Maria conta: “Minha mãe sempre dizia que Deus ajuda quem cedo madruga. Então, acordávamos sempre cedo para cuidar dos afazeres domésticos e eu a ajudava com tudo”.

Aos 15 anos, ela não dava importância a essas regras que não faziam sentido, porque era jovem demais para pensar em se casar. Mas mal sabia que já tinha sido preparada desde a infância para isso, sendo ensinada a “ser esposa” antes mesmo de pensar em ser. Aos 17 anos, conheceu Anastácio, um homem negro, bonito e forte. Não demorou muito para que se apaixonassem e as pessoas do bairro começassem a falar dos dois. “Deixa só o pai dela descobrir!” diziam os vizinhos. E seu pai descobriu. Aconteceu como seu pai disse que faria. E Maria, cega de amor, deixou tudo para viajar com Anastácio para Belém e recomeçar uma vida juntos, longe de quem queria separá-los.

Na nova vida, Maria teve que descobrir, nas dificuldades, como era a vida de verdade e como ela era difícil. Ela trabalhava de empregada doméstica e Anastácio, como motorista. E o dinheiro era pouco. Mesmo assim, tiveram cinco filhos e eram felizes.

Era uma tarefa quase impossível ser mulher, ser mãe, ser empregada doméstica e ser esposa, mas Maria sempre cumpria por amor à família.

Secando com as mãos as lágrimas que caem dos olhos, Maria conta como tudo desabou do dia para a noite: “Ele me traía e eu sabia, eu me sentia culpada por pensar que eu estava fazendo algo errado, mas eu amava ele e não queria que ele me deixasse. Mas ele me deixou para ficar com a amante e estão juntos até hoje”, contou. As características esteticamente aceitáveis da amante o fizeram ter vontade de abandonar tudo para ficar com ela. Incluindo deixar para trás os cinco filhos sem nada para se alimentarem e sem lugar para morar.

“Foi ela quem ele apresentou com orgulho para os amigos, a ela quem ele deu aliança, com quem fez cerimônia de casamento, a quem deu para ele filhos lindos. Eu me senti usada de uma forma tão grande, que eu nunca consegui me entregar amorosamente para mais nenhum homem”, revela, acrescentando que o que aconteceu trouxe muitos traumas na sua vida.

Foi muito duro a vida de mãe solteira em um estado que não conhecia, longe da família e sobrevivendo apenas com o salário de empregada doméstica para sustentar uma família grande. Ela viu que não iria agüentar. Maria sempre foi o tipo de pessoa que tira o pouco que tem para dar a quem não tem. Então, por ser uma pessoa altruísta, chamou a atenção de suas patroas, que viram sua situação precária, se comoveram e se uniram para juntar dinheiro para ela voltar para a sua cidade.

Quando conseguiu voltar à sua terra natal, conseguiu se reerguer sozinha, sem ajuda da sua família, que havia virado as costas para ela desde que decidiu se casar com aquele homem. Com o suor de seu trabalho, Maria sempre soube fazer de tudo um pouco para manter seu sustento: era costureira, doméstica, manicure, vendedora em feiras e cuidadora. Além de mãe e dona de casa nas horas vagas.

Quando tudo parecia se estabilizar, foi demitida da casa onde trabalhava há muitos anos, por ser acusada de roubar dinheiro de seus patrões. Maria agüentava qualquer tipo de comentário e discriminação que faziam com ela, sempre calada para não perder o emprego. Ela era tratada como uma mera mão de obra barata e um animal de estimação para a família, considerada até “da família”, mas nunca fora acusada de roubo na sua vida.

No dia em que foi rotulada como ladra, Maria já estava em casa, quando a patroa ligou: “Ela me ligou perguntando onde estava o dinheiro que estava na bolsa dela, e eu respondia que não sabia e falava para ela procurar melhor. Ela sempre me ligava perguntando onde estavam as coisas, mas nesse dia ela afirmava que eu tinha pego. Ela falou que eu devia ir imediatamente até lá para procurar onde estava junto com ela, e eu fui. Chegando lá, procuramos e não encontramos nada. Eu nem tocava na bolsa dela, evitava até tocar nas jóias. E como era a palavra dela contra a minha, ela antes de me desrespeitar na frente da família, me demitiu, foi a coisa mais humilhante que já aconteceu na minha vida”.

Na época que aconteceu, a pessoa que era acusada, mesmo que injustamente, era demitida e ficava com má reputação para conseguir outro emprego. Hoje, há uma lei em defesa da pessoa que tem a sua honra ofendida. De acordo com a lei de danos morais (nº 5.250/67), é considerado crime quando uma pessoa se acha afetada em seu ânimo psíquico, moral e intelectual, seja por ofensa à sua honra, na sua privacidade, intimidade, imagem, nome ou em seu próprio corpo físico. Acusar uma pessoa de roubo sem provas, também se encaixa nessa lei. O número de pessoas negras confundidas ou acusadas de roubo sem provas, é muito maior que a de pessoas brancas. Estimadamente, 75% dos mortos pelas polícias brasileiras são negros, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na 13ª edição do Anuário da Violência no período de 2017 e 2018.

Até hoje, Maria conta sua história para quem quiser ouvir. Sempre relembra com muita dor o que passou com todos os detalhes e muitas lágrimas. Ser negra é ser deixada de lado em relacionamentos, no trabalho, nos espaços e nas narrativas,

mas ser forte o bastante para conquistar esses espaços com o dobro de esforço, mas com êxito. Maria acredita que um dia possa ver seus filhos e netos sendo tratados igualmente, sem o racismo, e com mais oportunidades.

Capítulo 4

Quando a Senzala reivindica a paternidade negada pela Casa Grande

Tiago é considerado um filho “bastardo”, fruto de uma relação de um homem branco com a empregada doméstica. Passou anos lutando para ter a paternidade reconhecida. A paternidade lhe foi negada, Tiago tem apenas o sobrenome daquele que o gerou, nos documentos. Esse relato relembra muitos casos de filhos brasileiros sem pai. Onde estão esses pais?

Tiago Silva Mussi é filho de empregada doméstica. E seu pai, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça. Tiago é fruto de uma relação do filho da patroa com a empregada, que foi demitida da casa da família Mussi assim que a gravidez foi notada. Cresceu sendo criado pela sua mãe, com muitas dificuldades. Sua mãe optou por criá-lo com apoio de sua avó, sem pedir ajuda alguma de seu pai. Foi criado sem ter o nome do pai nos documentos, nem a sua presença durante a sua criação, mas sempre teve interesse em saber quem era seu pai. A falta de ter um pai na sua vida deixou uma lacuna, um sentimento mal-resolvido. Após o falecimento de sua mãe, esse sentimento cresceu, e então foi à luta pela dignidade da sua mãe.

Por muita insistência conseguiu, através de sua avó, a identidade do homem que o gerou, e entrou em contato, se apresentando como filho de Jorge Mussi. Tiago contou a sua história, perguntou se ele se recordava do caso da sua mãe, se tinha interesse em conhecê-lo ou fazer o exame de DNA. Mas Mussi não quis e negou tudo. Foram longos anos na Justiça para ter a paternidade reconhecida. “Meu pai freqüenta as grandes rodas em Brasília e se envergonhava de ter tido um relacionamento com a empregada doméstica”, lamenta.

Durante mais de dez anos Tiago enfrentou a reivindicação da sua paternidade. Houve momentos difíceis que fizeram com que o embate na Justiça se tornasse

mais intenso do que imaginou ser. A começar pelo fato de que seu pai era, na época, o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Mussi possuía muita influência que poderia intervir nesse processo, e assim aproveitou e usou de todo esse poder para impedir que Tiago alcançasse seu objetivo. Mas, um dia a Justiça veio.

Após finalmente conseguir sua vitória na Justiça, Tiago foi nomeado diretor do PROCON em Santa Catarina. Também foi o vereador mais votado de Florianópolis em 2008. Tiago, apesar do seu papel relevante no cenário político, não se inspirou em seu pai: "Quis seguir essa carreira por causa dos trabalhos sociais nas comunidades onde sempre fui muito ativo". Tiago sempre correu atrás dos seus objetivos desde muito cedo. Ser criado por sua mãe negra com muitas dificuldades o ensinou a, desde cedo, que teria que fazer um esforço bem maior na vida do que pessoas de pele branca.

Apesar de carregar o sobrenome paterno, Tiago sabe que jamais pode chamar o seu pai de pai ou tê-lo presente em sua vida. Porém, assina com orgulho o sobrenome Silva de sua mãe: "Me sinto mais confortável sendo um Silva. Somos um país construído por Silvas. Muitos, inclusive, sem pai, mas a maioria honestos e éticos", explica.

Em relação aos dados de abandono paterno no Brasil, assim como o de Tiago, não temos o que comemorar. De acordo com o último Censo Escolar, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça e divulgado em 2013, são aproximadamente 5,5 milhões de crianças brasileiras que não foram registradas com o nome do pai na certidão de nascimento. São 11,6 milhões de famílias formadas por mães solteiras. Com tantas crianças que passam por abandono afetivo no Brasil, esse se tornou um problema social de debate.

O abandono irresponsável de pais com seus filhos tem sido um freqüente problema de toda uma geração. A paternidade é um dos fatores responsáveis pela formação

de um sujeito. Se a formação do sujeito é afetada por qualquer fator, temos então uma geração problemática dentro das famílias brasileiras.

Tiago tem hoje o reconhecimento profissional, graças ao seu esforço e dedicação. Teve seu reconhecimento paterno nos documentos, graças às duras lutas na justiça, mas jamais teve o reconhecimento do seu pai como um filho. A paternidade lhe foi negada, pela vergonha de ter sido fruto de uma relação com a empregada. “Meu maior trauma foi a rejeição. Ele achar que sou um filho de segunda classe”, desabafa. Tiago e sua história são um grande exemplo em relação às questões de abandono paterno e de racismo estrutural. Ainda assim, vive de cabeça erguida por ter lutado na justiça em nome da dignidade de sua falecida mãe.

Capítulo 5

Um apelo (da vulnerabilidade) da população negra sobre a brutalidade policial

Mulheres e homens negros vivem de forma vulnerável por correr o risco de que, a qualquer momento, podem sofrer algum tipo de brutalidade policial. A população negra não quer mais ser confundida com pessoas suspeitas, nem mortas durante operações policiais. Até quando?

Um vídeo de uma abordagem policial feita em Minnesota, EUA, viralizou no mundo todo e causou revolta na Internet na última semana do mês de junho de 2020. Logo depois, manifestações, mais violência e indignação. Foi tudo muito rápido, logo as manifestações vieram para o Brasil. Tudo aconteceu depois de um homem negro de 40 anos, chamado George Floyd, aparecer no vídeo imobilizado no chão, dizendo 'não consigo respirar'.

O policial estava colocando o joelho em seu pescoço, o deixando asfixiado. Os outros agentes apoiavam seus joelhos em suas costas. Pouco depois, George para de se mexer. Mesmo com a chegada da ambulância, já era tarde. George morreu. Esse caso lembra o que aconteceu com Eric Garner, um negro que morreu ao ser preso em 2014 em Nova York. Garner repetiu "Não consigo respirar" 11 vezes.

Mas afinal, o que George fez para ter essa reação violenta dos policiais? Bom. A polícia de Minnesota recebeu um chamado de que um homem estava usando cartões falsos em uma loja de conveniência. Os policiais encontraram George em um carro e o algemaram, agindo com a violência que vemos no vídeo. O vídeo tinha cerca de 10 minutos e foi filmado por uma testemunha que estava no local. Um dos policiais mantém Floyd no chão que, em um momento, diz: "Não me mate". As testemunhas que filmavam em volta pediam para que o policial saísse com o joelho

de cima do pescoço da vítima e pediam que parasse. Os policiais só soltaram Floyd, quando ele já estava morto no chão.

Desde esse evento, aconteceram protestos contra a violência policial e contra o racismo em dezenas de cidades norte-americanas. Foi a maior onda de protesto dos últimos anos nos Estados Unidos. Em vários estados como em Minnesota foi solicitada a ajuda da Guarda Nacional para controlar os protestos. Várias pessoas negras em suas redes sociais diziam: “poderia ser comigo”.

Em Los Angeles, as forças de segurança intervieram com balas de borracha para tentar conter os manifestantes, que incendiaram uma viatura e saquearam lojas. Dentre os manifestantes, milhares de pessoas brancas, além das negras, participaram dos atos. Nas manifestações, as pessoas ficaram deitadas de bruços no chão repetindo “eu não consigo respirar”, em referência a Floyd. Mais de dez mil pessoas foram detidas e o governo local utilizou o toque de recolher para evitar as aglomerações. Os protestos sucederam durante vários dias, denunciando o racismo estrutural, o uso e abuso da força por policiais e como ele atinge especificamente as comunidades afro-americanas.

Aqui no Brasil, não se pode deixar de debater sobre o impacto do racismo estrutural na vida de jovens negros, das periferias, que são as maiores vítimas de violência policial. Recentemente, um pouco antes do caso de George Floyd, aconteceu o caso de João Pedro, jovem negro de 14 anos que, durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, Rio de Janeiro foi morto em casa, com um tiro de fuzil. O caso trouxe comoção e pedidos de investigação sobre o caso, mas a justiça não foi feita. A violência policial é impune, e faz com que milhares de jovens saiam de casa para trabalhar ou estudar sem ter a certeza de voltarem vivos.

Outro caso muito conhecido é o caso da vereadora negra Marielle Franco. Foi executada no dia 14 de março de 2018 junto com o motorista Anderson Gomes. Um carro com seus assassinos os cercaram e atiraram contra o carro em que estava Marielle e sua assessora, que sobreviveu. Quem mandou matar Marielle é ainda um

grito nas manifestações do Brasil inteiro, que até hoje buscam por uma resposta. Ela foi morta depois de apresentar várias denúncias de violência policial nas favelas do Rio de Janeiro. Até hoje, as pessoas que se revoltaram com o caso ainda usam a frase em manifestações em busca de respostas: “Quem mandou matar Marielle? E por quê?” ou “Marielle presente!”.

O número de casos dessa violência, durante a pandemia do Covid-19 aumentou, resultando em pessoas nas ruas reivindicando seus direitos em meio a uma quarentena. Cansadas dessa violência escancarada dirigida à população negra, as pessoas estão nas ruas gritando “vidas negras importam” no mundo todo. No Brasil, em vários estados, houve protestos contra as mortes recentes dessas vidas inocentes tiradas de forma brutal. Algo que traz ainda mais revolta é saber que mesmo com todo esse movimento, a impunidade desses casos ainda acontece, de forma que não são tratados com a devida importância. A brutalidade policial aqui no Brasil age todos os dias nas operações policiais das comunidades, tirando vidas. E não há justiça.

Esse padrão de comportamento vindo da polícia brasileira perdura por décadas. Inclusive, aqui em Santa Catarina, a polícia se espelha no estilo de treinamento policial americano. Isso já significa muito. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em um relatório que traz dados sobre a Situação de Direitos Humanos no Brasil de 1997, identificou que a população negra era a mais predisposta de ser alvo de suspeitas, perseguições, processos e condenações penais, o que demonstra a atuação discriminatória de setores da polícia e do poder judiciário, estabelecendo um vínculo entre racismo, violência policial e impunidade.

Apesar das diferenças culturais entre Brasil e Estados Unidos, quando se trata de racismo com os cidadãos negros, nota-se a semelhança entre as problemáticas enfrentadas em ambos os países. Ambos com os nomes de pessoas negras em dados de violências.

Este trabalho foi feito pensando nas vidas das pessoas negras brasileiras e catarinenses. Objetivou proporcionar uma reflexão sobre a desigualdade social e os gritos de “basta” da população negra. Eu, como mulher negra, faço meu papel de denunciar e conscientizar contra o racismo estrutural. Eu tenho o compromisso de continuar lutando pelos nossos direitos e nos apoiar nessa luta. Meu coração repete a todos os meus irmãos pretos e pretas que #vidasnegrasimportam e #blacklivesmatter.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMADA, Sandra **Damas Negras: sucessos, lutas, discriminação**. Rio de Janeiro. Mauad, 1995

ARAÚJO, Emanuel **Negro de corpo e alma**. São Paulo, Fundação Bienal de Mauad. São Paulo, 2000

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais, Brasília-DF, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33533226.pdf>

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Disponível em: Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça
-http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300003&script=sci_arttext.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **Mulheres coloniais: Esposas e concubinas numa sociedade escravista**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2304/2258>

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008

CASTRO, Yeda Pessoa de. Também Mulher, imagem de Deus. In: QUINTAS, Fátima (Org.). **Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginário**. Recife: NPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121203110837/quintas.pdf>

CAVALCANTI, Judith Karine. **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Reimpressão- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

CHIAVENATO, Júlio J. **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONCEIÇÃO, Evaristo. **Relações raciais e a representação da mulher negra**. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17333/17333_3.PDF

[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

COSTA, J.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, 2016.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. São Paulo. Boitempo Editorial; Edição: 1, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa - Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal.** 48. ed. rev., São Paulo, Editora Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios dos jornais do século XIX.** São Paulo: Nacional, 1979

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre, Tchê, 1987.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas.** Campinas: Unicamp, 2001.

LARA, Sílvia Hunold. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil.** Revista Projeto História, São Paulo, (16), Fev.1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **O filho da escrava (em tomo de lei do Ventre-Livre).** Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2004.

PRIORI, Mary Del(org); Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** 9ªed, São Paulo:Contexto, 2008.

RATTS, Alecsandro J. P. (2003) **A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados.** In: ALMEIDA, M. G. de. RATTS, A. J. P. (Orgs.). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa.

RATTS, Alecsandro JP (2002) **Eu sou atlântica: a trajetória intelectual de Beatriz Nascimento em direção ao quilombo.** Comunicação. Gramado: 23a Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>

RATTS, Alecsandro JP (2001) **O mundo é grande e a nação também.** Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP (mimeo)

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?.**São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. **Relações Raciais nas Pesquisas e nos Processos Sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras.** In: VENTURI, Gustavo Et al. (Org.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1 ed. São Paulo: editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

RATTS, Alecsandro J. P. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.** In 27o. Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências

Sociais, 2003, Caxambu. Anais... Caxambu, Minas Gerais, 18p. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf

ROCHA, Solange Pereira. **Na Trilha do Feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888.** Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. 2001).

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **O Canibalismo Amoroso**, São Paulo, Círculo do Livro, 1985. Disponível em: http://paginapessoal.utfpr.edu.br/mhlima/Santanna%20MULHER%20DE%20%20COR%20E%20O%20CANIBALISMO%20EROTICO%20DA%20SOCIEDADE%20ESCRAVOCRATA.pdf/at_download/file

SANTOS, Gisele Aparecida. **A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** São Paulo: Eudc/FAPESP, 2002.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. **Quebrando as correntes invisíveis: Uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) Universidade de Brasília Faculdade de Direito, Brasília-DF, 2010. Disponível em: (http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8484/1/2010_Judith%20Karine%20Cavalcanti%20Santos.pdf)

SANCHES, Solange. **Trabalho Doméstico: Desafios para o Trabalho Decente.** Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 3, 2009. Disponível em: (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300016&lng=pt&tlng=pt)

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SORÁ, Gustavo. **Reflexões sobre a edição e recepção de Casa Grande Senzala de Gilberto Freyre: A construção sociológica de uma posição regionalista,** Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 13, n. 36, São Paulo: 1998. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36sora.pdf>

SOUZA, Flávia Fernandes. **Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial.** In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012.